

Participação política online e competências digitais: um estudo de caso com jovens universitários

TATIANA MATOS

a55112@campus.fcsh.unl.pt

NOVA FCSH, Lisboa, Portugal

ANA KUBRUSLY

a59022@campus.fcsh.unl.pt

NOVA FCSH, Lisboa, Portugal

SUSANA BATISTA

susanabatista@fcsh.unl.pt

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade NOVA de Lisboa, CICS.NOVA
— Centro Interdisciplinar de Ciências Soci-
ais, Lisboa, Portugal

Resumo

Este artigo aborda as oportunidades e desafios da participação política online de jovens universitários, tendo em conta as suas competências digitais. Os dados, recolhidos através de questionário e dois *focus-group*, evidenciam uma participação sobretudo latente, assente no consumo de conteúdo, ainda que a capacidade de verificar a veracidade das informações encontradas seja um dos itens menos dominados. A partilha ou a publicação, reconhecidas como ações mais poderosas, e associadas a competências criativas, implicam riscos, que acabam por inibir a participação.

Palavras-chave:

Participação Política Online; Jovens; Competências Digitais; Cidadania Digital; Ensino superior

Abstract

This article addresses the opportunities and challenges of online political participation by university students, considering their digital skills. Data was collected through a questionnaire and two focus-groups. Results show a mainly latent participation, based on content consumption. However, the ability to verify the veracity of the information found is one of the items that young people least master. Although recognized as more powerful actions, and associated with creative skills, sharing or posting in social media entail risks, which end up inhibiting participation.

Key concepts:

Online Political Participation; Youth; Digital Skills; Digital Citizenship; Higher Education

Introdução

Enquadrado no debate sobre a participação política dos jovens no contexto digital, este artigo aborda as oportunidades e desafios do exercício da cidadania tendo em conta as suas competências digitais. Superando uma visão restrita da política associada à participação institucional, consideramos práticas não formais e personalizadas de envolvimento, especialmente desenvolvidas através da Internet e adequadas às preferências dos jovens. Tal permite-nos afastar da narrativa tradicional que tende a descrevê-los como apáticos ou desinteressados (Loader, 2007), para aprofundar experiências e significados que eles próprios atribuem a formas de participação (O’Toole, 2003). Para além disso, analisamos como as competências digitais, enquanto capacidade de usar as tecnologias de forma alcançar resultados benéficos para si e para os outros (ITU, 2018), condicionam essa participação.

O artigo centra-se nos jovens universitários, a faixa etária dos maiores utilizadores da Internet em Portugal (Cardoso & Mendonça, 2014). O discurso comum tende a atribuir a esta geração capacidades naturais de navegar e de se expressar online, ainda com maior intensidade do que à geração que Marc Prenski, em 2001, apelidou de “nativos digitais”.

Apesar de preocupações crescentes relativamente ao decréscimo da sua participação em ações formais, importa analisar se, e de que forma, estes jovens contribuem para uma redefinição da participação pela utilização do espaço digital, não descurando, porém, eventuais competências distintas para o poder fazer.

Recorrendo a dados recolhidos junto de jovens das licenciaturas de Sociologia e Ciências da Comunicação da NOVA FCSH, através da aplicação de um inquérito por questionário e de dois *focus-group*, procura-se responder às seguintes questões: i) como se caracterizam as práticas de participação política online dos jovens universitários?; ii) em que medida existe uma relação entre as competências digitais autorreportadas e essa participação?

1. A internet como contexto de participação política dos jovens: oportunidades e desafios

No contexto da crescente digitalização das práticas sociais, a participação política ganha novos contornos. As tecnologias digitais potenciam novos modos de ação, desde a constituição de grupos políticos online e o uso de *hashtags* de protesto, até o recurso a vídeos para campanhas eleitorais nas redes sociais. Face a este cenário, surgem

discursos polarizados acerca do papel dos meios digitais na ação política democrática (Simões & Campos, 2016). Por um lado, são vistos como meios facilitadores da participação, democratizando o acesso à informação e possibilitando dar voz a grupos marginalizados no campo político tradicional; por outro, há uma preocupação de que o online possa agravar desigualdades de participação já existentes e banalizar a própria política (Waeterloos et al., 2021; Simões & Campos, 2016; Batista & Simões, 2022; Keating & Melis, 2017).

No caso dos jovens, a internet apresenta-se como o espaço privilegiado de informação e organização (de-la-Garza-Montemayor et al., 2019). Este tipo de envolvimento vai ao encontro do que De Marco et al. (2014) chamam de dimensão comunicativa da internet, isto é, a circulação e consumo de informações no meio online, caracterizado pela rápida difusão do conteúdo e pela abrangência do público alcançado. A escrita de comentários, o *upload* e partilha de conteúdos políticos são exemplos de atividades ligadas a essa dimensão que representam, por excelência, a maneira de atuar dos jovens online. É por isso possível equacionar uma transformação nas formas de participação dos jovens por causa das tecnologias digitais e das suas

características (Keating & Melis, 2017), em particular a rapidez e facilidade de difusão de informação, a informalidade, flexibilidade e descentralização. Tal possibilita uma organização mais fluída e independente de organizações institucionais e mesmo a criação de conteúdo próprio (idem).

Considerar estas novas formas de participação online permite o afastamento de uma narrativa alarmista que enfatiza o declínio da participação política dos jovens, porque se centra na observação de práticas convencionais, como os atos eleitorais (O’Toole, 2003). Os fracos níveis de participação dos jovens portugueses têm sido assinalados (Sagnier & Morell, 2021; Magalhães, 2022). Porém, o que várias investigações também indicam é que estes preferem formas não-institucionais de participação (Soares et al., 2022), em particular através dos meios digitais (Simões & Campos, 2016), bem como linguagens relacionadas com emoções – humor, *memes* ou sátiras (Oliveira, 2022; Pereira, 2022).

Assim sendo, importa ir além da definição tradicional de cidadania. Neste artigo, ancorados numa visão abrangente da política, entendemos participação como envolvendo práticas não institucionais e informais, através das quais os jovens se envolvem nas causas de

seu interesse (Sloam, 2016). Deste modo, a participação engloba tanto formas organizadas e coletivas de envolvimento, como atitudes individuais voltadas para a auto-atualização (Bennet, 2007), construção e expressão da identidade pessoal e cívica; ações que ocorrem no contexto político ou visam influenciar o sistema político (de-la-Garza Montemayor et al., 2019) e aquelas motivadas para resolver um problema da comunidade (Theocharis & van Deth, 2018); grandes manifestações, mas também gestos simples e rápidos como partilhas e botões de “gosto” – as “nano-level participation”, na expressão de Lonkila & Jokivuori (2022).

À ideia do papel transformador dos meios digitais na participação política online juvenil associam-se, porém, algumas ambivalências e reticências. Jovens ativistas portugueses têm assinalado o acesso seletivo à informação, pelo funcionamento do algoritmo, ou o fenómeno do “ativismo do sofá”, marcado pelo comodismo, superficialidade e falta de impacto real (Soares et al, 2022; Simões & Campos, 2016). Alguns outros desafios que surgem são a opacidade das infraestruturas digitais, a cibervigilância e a dificuldade de filtrar e gerir o excesso de conteúdo digital disponível (Pangrazio & Sefton-Green, 2021; Simões & Campos, 2016). Além disso, estudos que

envolvem jovens universitários portugueses têm revelado participações modestas, mesmo considerando o contexto online (Piantavinha, 2022; Lopes, 2013; Jorge, 2013).

2. Competências digitais e participação política

O exercício democrático num mundo digital surge atualmente indissociável da capacidade de usar os meios tecnológicos. No conceito complexo e multidimensional de cidadania digital proposto por Choi (2016), a literacia mediática e informacional surge como uma das dimensões centrais, a par da participação e envolvimento, ética e participação de natureza subversiva.

Apesar de, seguindo a popular expressão de Prensky em 2001, as gerações mais novas serem caracterizadas como “nativos digitais”, expressão que carrega as expectativas depositadas na sua proficiência tecnológica, os jovens não são uma categoria homogénea (Helsper & Eynon, 2010). E, ainda que a maiores níveis de escolarização, como a universitária, se associem maiores níveis de competências, essa relação não é linear (Lopes, 2011).

As diferentes competências para usar a internet representam, depois do acesso, um segundo nível de desigualdade digital (Hargittai, 2002).

Estas competências dizem respeito à utilização efetiva de conhecimentos e recursos para tirar proveito das potencialidades do meio digital. Não se limitam ao cariz técnico: englobam tanto aspetos funcionais – concretização de determinada tarefa online – como críticos – isto é, a compreensão dos conteúdos digitais, das suas formas de produção, finalidades ou impactos e das atitudes dos indivíduos na sua relação com eles (Helsper et al., 2020). Além disso, é possível identificar diferentes domínios de competências. Helsper et al. (2020) sugerem quatro, que detalharemos adiante: técnicas e operacionais, de informação e navegação, de comunicação e interação e de criação e produção de conteúdo.

A literatura tem vindo a identificar uma relação entre as competências digitais e determinadas oportunidades online e outros benefícios (Livingstone et al., 2021). Considera-se que as competências são necessárias para realizar atividades mais complexas, como a participação política (Livingstone et al., 2019) – ela própria subdividida em diversos níveis (Campos et al., 2016).

No entanto, os estudos que relacionam diretamente o nível de competências digitais com a participação política online são ainda emergen-

tes e apresentam resultados contraditórios. Alguns identificam relações positivas (de Marco et al., 2014; Helsper et al., 2020), até recomendando programas específicos para promover competências digitais de maneira a aumentar a participação política online juvenil (Kahne & Bowyer, 2019).

Outros, quer desenvolvidos entre adolescentes (Livingstone et al., 2021), quer entre jovens universitários portugueses (Lopes, 2013) negam essa relação. A explicação usualmente avançada é a de que as possibilidades de participação oferecidas pelos meios digitais não são condição suficiente para superar o desengajamento jovem: os que participam online são aqueles que já revelavam interesse pela política (Keating & Melis, 2017), pelo que as redes sociais só parecem ampliar as possibilidades de participação para aqueles que à partida já participam (Piantavinha, 2022).

Esta relação merece, portanto, maior questionamento e aprofundamento, sem esquecer de considerar diferentes tipos de competências digitais e formas de participação online que podem emergir quando consideramos ações não convencionais. Importará, além disso, aferir a perceção dos próprios jovens sobre estes assuntos (O’Toole, 2003).

3. Metodologia

Os dados analisados neste artigo resultam da informação recolhida através de um inquérito por questionário e da realização de dois *focus-group* a jovens universitários. Este trabalho teve início no âmbito de uma unidade curricular de Mestrado¹, onde se desenhou e aplicou um questionário online, usando a plataforma LimeSurvey. Neste artigo, exploramos os dados que nos permitem caracterizar práticas de participação política de jovens universitários, bem como avaliar se tais práticas se relacionam com as competências digitais reportadas pelos próprios.

O questionário foi construído a partir de uma adaptação de outros instrumentos existentes para a operacionalização da participação política e das competências digitais. No primeiro caso, consideraram-se indicadores provenientes do projeto EU Kids Online (Zlamal et al., 2020) e de uma escala de participação política em redes sociais, proposta por Waterloos et al. (2021). Cada item foi avaliado através de uma escala de frequência de 4 pontos (1 – “nunca”, 2 – “uma vez”, 3 – “duas vezes” e 4 – “mais de duas vezes”) pedindo aos inquiridos que respondessem em relação ao último mês. Os itens incidem tanto

sobre ações associadas à participação tradicional offline, como a assinatura de petições e a participação em grupos políticos, como ações mais conectadas às formas de participação próprias do meio digital, como colocar gosto em publicações sobre temas políticos ou partilhar notícias nas redes sociais. Além disso, alguns itens distinguem entre espaços digitais privados (ex: perfil privado de rede social ou fórum privado) e públicos (ex: perfis abertos, comentários em posts públicos).

No caso das competências digitais, usou-se o indicador yDSI, do projeto ySKILLS (Helsper et al., 2020) com ligeiras reformulações, a fim de torná-las adequadas à faixa etária alvo. Por exemplo, substituímos “sei reconhecer quando alguém está a ser alvo de *bullying* online” por “sei reconhecer se alguém está a ser vítima de discurso de ódio online”. O yDSI considera quatro domínios de competências, sempre com aspetos funcionais e críticos: técnicas e operacionais (manuseamento dos dispositivos e aplicações), navegação e informação (realização de pesquisas e avaliação crítica da informação), comunicação e interação (interação e criação de redes

¹ Mestrado em Estudos de Educação.

online) e criação e produção de conteúdo (elaboração própria e compreensão de conteúdo consumido). Para cada, há um conjunto de itens numa escala de Likert (de 1 - “não é verdade” até 5 - “é totalmente verdade”), com afirmações como “Sei mudar as definições de privacidade” ou “Sei verificar se a informação que encontrei online é verdadeira”.

Chegou-se à versão final do inquérito após a realização de quatro entrevistas cognitivas (Haeger et al., 2012) a jovens universitários, que permitiram afinar os indicadores. Outras perguntas incluíram a caracterização sociodemográfica e uso da Internet. O questionário foi lançado aos alunos dos 1.º e 3.º anos dos cursos de licenciatura em Ciências da Comunicação e Sociologia da NOVA FCSH no 2º semestre do ano 2021/22. Apesar da divulgação através dos coordenadores dos cursos e contactos pessoais, a taxa de resposta foi reduzida, tendo-se chegado a uma amostra de 78 alunos², 30 de Sociologia e 48 de Ciências da Comunicação. Desses 78 alunos, 51 identificaram-se com o género feminino, 26 com o masculino e 1 como não-binário. A maioria dos inquiridos (23) tem 18 anos e menos de 12% da amostra declarou ter 23 anos ou mais. Mais de 80%

declarou não trabalhar e não ser beneficiário de apoios sociais.

Os dados quantitativos foram analisados através de análises estatísticas descritivas e alguns cruzamentos, com recurso ao programa SPSS. Para associar as competências à frequência de participação política online, utilizámos primeiro as médias dos cinco itens em cada um dos domínios (através do coeficiente de Spearman) e depois cada um dos itens, recodificados em três categorias (através do Qui² e V Cramer).

De forma a captar as experiências e significados dos próprios jovens, foi elaborado e aplicado um guião de entrevista semiestruturado em dois *focus-group*, um por licenciatura, cerca de um ano depois (1.º trimestre de 2023). Recrutámos 13 jovens, 6 de Ciências da Comunicação (5 rapazes e 1 rapariga) e 7 de Sociologia (3 rapazes e 4 raparigas) através de informantes privilegiados, contactos pessoais e por bola de neve.

O *focus-group* incluiu, para além da discussão dos resultados do questionário, perguntas sobre participação política online, interesses políticos e percepções sobre o impacto das competências digitais nessa participação. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Estes

² O universo total era de 498 alunos.

dados são utilizados como forma de ilustrar, aprofundar e questionar a informação disponível através dos dados estatísticos.

Tanto o inquérito como o *focus-group* foram utilizados para responder às seguintes questões: i) como se caracterizam as práticas de participação política online dos jovens universitários?; ii) em que medida existe uma relação entre as competências digitais autorreportadas e essa participação?

4. Apresentação e discussão dos resultados

4.1. Práticas e motivos para a participação política online

A maioria dos jovens (cerca de 70% ou mais) declara envolver-se de forma mais frequente em formas latentes de participação (Waterloos et al., 2021) através do consumo de conteúdo político online (Tabela 1).

Tabela 1. Jovens que realizaram cada ação no último mês (%)

	Nunca	Uma / Duas vezes	Mais de duas vezes
Li artigos noticiosos ou de outro género ligados a questões políticas	7,9	11,8	80,3
Li posts e respostas a posts ligados a questões políticas nas minhas redes sociais	24,7	3,9	71,4
Assisti a vídeos ligados a questões políticas	15,8	17,1	67,1
Coloquei um “gosto” em algo ligado a questões políticas nas redes sociais	27,6	10,5	61,8
Enviei algo ligado a questões políticas por mensagem privada	29,0	11,5	59,4

Visitei páginas ou perfis de políticos ou figuras públicas ligadas a questões políticas	27,0	14,9	58,1
Partilhei nas minhas redes sociais conteúdos sociais ou políticos	36,0	16,0	48,0
Discuti ou comentei questões sociais e políticas na internet	46,6	17,8	35,6
Postei, compartilhei ou comentei algo ligado a questões políticas num espaço digital privado	54,1	13,6	32,4
Postei, compartilhei ou comentei algo ligado a questões políticas num espaço digital público	58,1	10,9	31,1
Juntei-me ou segui um grupo político nas redes sociais	61,8	18,4	19,7
Participei em protestos ou campanhas lançados na internet	64,9	17,6	17,6
Assinei uma petição online	56,6	27,7	15,8

Base: Adolescentes inquiridos (N=78)

Nota: ordenado pela frequência mais elevada.

Essas formas de participação, como ler artigos, *posts* e assistir a vídeos, refletem atitudes mais pessoais através das quais os jovens se vão posicionando, conforme observam os próprios:

“Eu acabo por só ler coisas, faço uma participação muito passiva. Vejo o que os outros partilham e construo a minha opinião.” (F, SOC)

“Sou bastante mais passiva, gosto de assistir pessoas que têm pensamentos mais científicos e análises melhores do que a minha” (F, SOC)

Tais comentários remetem para aquilo que pode ir aparecendo, mesmo sem uma procura ativa por parte do utilizador nas redes sociais, isto é, através da curadoria algorítmica das plataformas. Porém, também mais de metade (58%) declara visitar frequentemente páginas de perfis políticos, o que não deixa de configurar um interesse e ação

intencional na procura de conhecimento sobre o tema. Com efeito, nos *focus-groups*, os alunos mencionaram a necessidade de se manter informados sobre temas políticos atuais como um dos principais motivos para participar online. Alguns referiram o receio de se alienarem ou fecharem nas suas próprias bolhas. Conforme a Tabela 1 demonstra, outras micro ações de envolvimento, de formato simples e rápido (Lonkila & Jokivuori, 2022), também estão entre as mais populares (cerca de 60%), como colocar “gosto” ou partilhar de forma privada. Em ambos os *focus-group*, a superficialidade do *like* foi posta em causa, conforme exposto no diálogo abaixo:

“A coisa do like, às vezes acaba por ter impacto, por exemplo se um post é viral” (M, SOC)

[...] *“Eu percebo, mas acho que só os likes, é mais para me fazer a sentir bem. Dei um like, mas não teve nenhum tipo de tradução”* (M, SOC)

“Acho que os likes são importantes na questão dos algoritmos, se um post político tiver muitos likes acho que vai chegar a mais pessoas” (F, SOC)

“Eu diria que o like é o mais insignificante [...], é o que menos interessa a nível individual, quando se começa a juntar, torna-se viral”

(M, SOC)

Os testemunhos dos *focus-group* apontam para uma hierarquia e distinção entre ações ativas e passivas, dado envolverem diferentes níveis de esforço e riscos associados. As segundas, por serem consideradas mais superficiais e com menor impacto, são vistas como ações de menor valor:

“Se eu disser, escrever algo e partilhar, tem muito mais força do que meter um like. É uma ação, é algo mais ativo, o like também é uma ação, mas mais passiva” (M, CC)

“O comentário está acima do like, 5 milhões de likes é muito mais fácil do que 5 milhões de tweets” (M, SOC)

As ações mais públicas, como a partilha de *posts* ou a discussão de questões sociais e políticas, surgem no meio da tabela. Quase metade dos jovens inquiridos diz partilhar frequentemente este tipo de conteúdo no seu perfil. Neste aspeto, os *focus-group* revelaram-se particularmente ilustrativos. Os alunos mencionaram a partilha de plataformas para doação de recursos para causas humanitárias, como tinha acontecido no caso do “*link para a doação dos sismos na Turquia*” (M, SOC). Outro conteúdo específico são as músicas, em particular canções de intervenção como forma apelativa de disseminar uma

mensagem política (M, CC).

As motivações para essas partilhas são múltiplas. Para uns, prendem-se com uma necessidade de trazer reflexões ou promover uma “consciência política” para a sua rede pessoal, uma vez que existe a possibilidade de fazer com que um conteúdo alcance mais pessoas pela via digital. Para outros, ligam-se à ideia da construção da identidade cívica e a vivência da cidadania (Keating & Melis, 2017). Por exemplo, um aluno de Sociologia demonstrou o desejo de experimentar o debate cívico com o objetivo de melhorar a sua capacidade de argumentação. Assim, existe a ideia de marcar uma posição face a determinados temas políticos, quer seja pela positiva, por exemplo apoiando figuras públicas que admiram, ou pela negativa, repudiando determinadas atitudes.

Essa tomada de posição pública, avaliada como mais impactante ou eficiente, é, porém, vista como arriscada:

“Eu acho que é o risco pessoal que corres ao tomar uma ação, ou seja, o like, ao ser anónimo, tipo no Instagram, sinto-me totalmente protegido de qualquer olhar alheio, mas tweetar, tu sabes que há pessoas que estão a ver e é muito mais público” (M, SOC)

A pressão dos pares, o receio de ser mal interpretado e o medo de

represálias futuras apresentam-se como possíveis justificativas para as formas que consideram mais eficientes e ativas serem usadas com menor frequência. Os jovens referiram ainda à cultura do cancelamento, enquanto atos de julgamento online com poder de escala que acabam por destruir a imagem de alguém (Gonçalves & Duarte, 2020), como uma das dificuldades. Os trechos seguintes dão conta dos principais motivos que condicionam a participação:

“A cultura do cancelamento, acho que é um medo, como nas redes sociais somos tão críticos uns dos outros” (F, SOC)

“Muitas vezes sinto, e não me orgulho, que ponho ou não ponho certo tweet porque tenho medo. [...] Se a maioria das pessoas que tenho no meu círculo forem discordar eu provavelmente não vou tweetar” (M, SOC)

“Já me senti inibido a participar online, às vezes tenho uma presença mais fantasma nas redes sociais porque acho que me pode comprometer. Futuramente, um empregador vai ver o meu perfil e vê que tenho determinada posição política” (M, CC)

“Infelizmente, o que colocas online fica online para sempre. As pessoas conseguem ser muito taxativas e existe a ideia de quando dizes

uma coisa, mesmo que tenham passado anos, as pessoas não conseguem desprender” (M, CC)

Finalmente, as formas de participação mais tradicionais, ligadas ao meio offline, como a assinatura de petições e a participação em grupos políticos, são as menos comuns: cerca de 60% nunca o fez e a participação frequente não ultrapassa um quinto dos inquiridos. Tais resultados confirmam outros estudos na ideia de uma quase rejeição dos jovens da participação mais institucional (Batista & Simões, 2022).

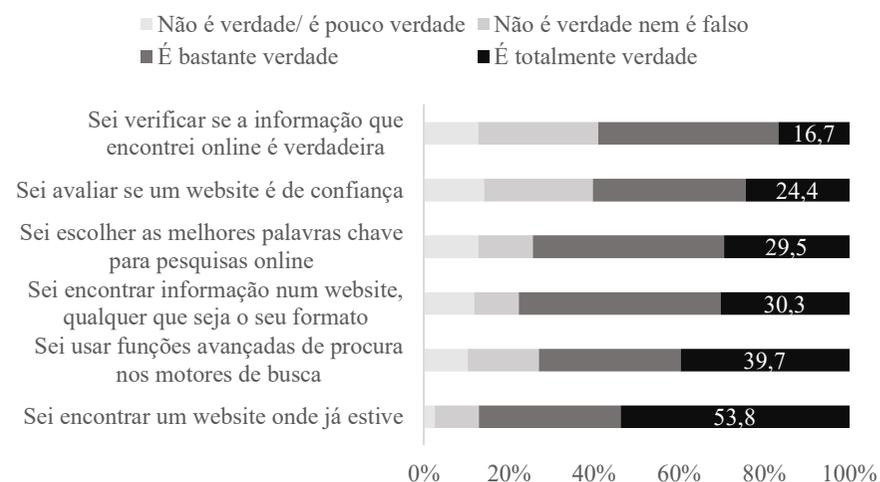
4.2. Das competências digitais à participação política online

Os jovens inquiridos autorreportaram elevados níveis de competências digitais e, respeitando grosso modo a ordem entre os diferentes domínios de competências observados em faixas mais novas (Ponte et al., 2022), classificaram como mais elevadas as suas competências de comunicação e interação (M=4,69, DP=0,39) e técnicas e operacionais (M=4,36, DP=0,67), por comparação às competências de navegação e procura de informação e competências criativas (M=3,91; DP=0,77 / M=3,68; DP=0,82).

Apresentamos na Figura 1 os resultados dos itens da dimensão de na-

vegação e procura de informação. Tendo em conta a forma de participação mais frequente enquanto consumidores, esta afigura-se como uma dimensão importante.

Figura 1. Auto-avaliação de competências da dimensão navegação e procura de informação (%)



Base: Adolescentes inquiridos (N=78)

Nota: ordenado pela percentagem de valores menos concordantes.

Estes resultados foram bastante discutidos nos *focus-groups*. Alguns jovens demonstraram-se surpresos, especialmente em relação à capacidade de avaliar se um website é de confiança e verificar a veracidade

da informação encontrada online, com as menores percentagens de total concordância (17% e 24%). Outros lançaram hipóteses para justificar esses valores baixos, que se prendem não com uma falta de competências, mas uma postura mais rigorosa e consciente dos perigos relacionados com a (des)informação online:

“Temos tão presente que a desinformação é um problema, que nos tornamos críticos e atentos, então somos muito mais exigentes na forma como tratamos a informação. As páginas de fake news são cada vez mais inteligentes e nós temos um standard bastante elevado, porque sabemos das potencialidades das fake news.” (M, CC)

A desinformação foi identificada como um obstáculo e desafio à participação política online, embora os jovens tendam a considerar que esse é um problema mais vincado entre as gerações mais velhas, vistas como mais vulneráveis.

Nas entrevistas, a dimensão de comunicação e interação surgiu como importante para a disseminação e partilha de conteúdo – como vimos, uma micro-forma de envolvimento que ainda mobiliza cerca de metade dos jovens inquiridos –, mas também para a organização da ação com repercussões que extravasam o ambiente digital:

“O digital foi importante para organizar entre amigos e familiares

uma recolha de bens para Ucrânia” (F, SOC)

“As redes sociais funcionam quase como um degrau para organizar, mobilizar e para traduzir discussões que acontecem na plataforma digital” (M, SOC)

“Um post pode tornar-se viral e gerar um impacto incrível. Por exemplo, um vídeo pode gerar todo um evento político e manifestações” (F, CC)

Considerando as médias de competência por domínio, não se observam correlações com as frequências de cada tipo de participação online, com exceção da relação entre competências criativas e a partilha de notícias, músicas ou vídeos com conteúdos sociais e políticos, com uma intensidade fraca ($r_s=0,23$, $p<.05$).

Porém, quando analisamos o cruzamento entre certos itens com os tipos de participação, encontramos resultados interessantes. Entre esses cruzamentos, destacamos a associação entre o item da dimensão de navegação e procura de informação em que os jovens revelaram menos confiança e o interesse e adesão a questões e grupos políticos. Como se pode verificar na Tabela 2, é entre os que se avaliam como

mais competentes que se verificam as participações mais frequentes³:

Tabela 2. Competência de procura de informação e tipos de participação política (%)

		Assisti a vídeos ligados a questões políticas				Juntei-me ou segui um grupo político nas redes sociais			
		Nunca	Uma ou duas vezes	Mais de duas vezes	Total	Nunca	Uma ou duas vezes	Mais de duas vezes	Total
Sei verificar que a informação que encontrei online é verdadeira	Não é/ É pouco verdade	0,0	33,3	66,7	100,0	80,0	10,0	10,0	100,0
	Não é verdade nem é falso	38,1	14,3	47,6	100,0	76,2	23,8	0,0	100,0
	É bastante/ totalmente verdade	8,7	15,2	76,1	100,0	51,1	17,8	31,1	100,0

Base: Adolescentes inquiridos (N=78)

Não deixa de ser curioso, porém, que a maioria (67%) dos que declararam não saber verificar que a informação que encontram online é verdadeira reportam ter assistido a vídeos ligados a questões políticas no último mês. Caso para sublinhar as preocupações que os próprios jovens entrevistados manifestaram:

“Fico surpreendida [...] esperava de uma geração jovem uma maior literacia digital. Então parece que é uma geração politicamente ativa,

mas desinformada...” (F, CC)

Também verificámos associação entre certas competências criativas e a participação em forma de partilha, sendo aqueles que reportam maiores níveis de competência os que participam mais desta forma (Tabela 3).

³ Ambas as relações são estatisticamente significativas: $\chi^2(4)=12,825$, $p<.005$), $V_{cramer}=0,290$ e $\chi^2(4)= 10,371$, $p<.05$), $V_{cramer}=0,261$.

Tabela 3. Competências criativas e partilha de conteúdo político (%)⁴

		Partilhei nas minhas redes sociais notícias, músicas ou vídeos com conteúdos sociais ou políticos			
		Nunca	Uma ou duas vezes	Mais de duas vezes	Total
Sei criar coisas que combinam diferentes recursos	Não é/ É pouco verdade	58,8	11,8	29,4	100,0
	Não é verdade nem é falso	16,7	50,0	33,3	100,0
	É bastante/ totalmente verdade	31,4	11,8	56,9	100,0

Base: Adolescentes inquiridos (N=78)

Reflexões finais

Através deste estudo de caso a jovens universitários, procurámos contribuir para a discussão sobre as potencialidades e desafios da sua participação online, com foco na sua relação com as suas competências digitais. Apesar das suas limitações, sobretudo pelo reduzido número de inquiridos, este artigo contribui pelos resultados obtidos no cruzamento entre dados estatísticos e testemunhos dos jovens em *focus-group*.

Conforme sublinhámos, a consideração da participação política no contexto digital significa que esta pode assumir diversos contornos. A utilização de indicadores que aferem práticas informais e não-institucionais de participação permitiu-nos considerar uma multiplicidade de ações possíveis de participação. Contudo, as práticas que os jovens declaram como mais frequentes são o consumo de conteúdo social e político, seja através de artigos noticiosos, *posts* e comentários ou vídeos. Estas revelam atitudes mais passivas, uma vez que esse conteúdo pode surgir de forma não intencional, enquanto percorrem as suas redes sociais, de acordo com o seu histórico de navegação e perfis que seguem. Pelos testemunhos do *focus-group*, que reforçam a preferência por esse consumo, percebemos que é assim que alguns jovens se mantêm informados e formam as suas opiniões. Nesse sentido, a capacidade de questionar criticamente a informação revela-se uma competência digital fundamental (Pereira & Moura, 2019), embora saber avaliar se a informação encontrada é verdadeira tenha sido uma das competências que os inquiridos menos reportam dominar. Aliás, mesmo entre os jovens que se autoavaliam como pouco competentes neste domínio o consumo de informação é

⁴ $\chi^2(4) = 11,048$, $p < .05$, $V_{cramer} = 0,273$.

frequente, o que levanta questões sobre o tipo de informação que consomem e a sua capacidade efetiva de reconhecer e lidar com a desinformação. Ao contrário do esperado face à predominância do uso “informativo”, a maioria das ações não está relacionada com uma média de navegação e procura de informação mais elevada.

Optar por esta participação mais passiva não significa, obrigatoriamente, desinteresse por questões políticas, como bem alertavam Amna & Ekman (2014). Aliás, vários motivos foram avançados pelos próprios para não intervir com ações que consideram ter maior impacto, como as partilhas ou as publicações, a maioria relacionada com os riscos atuais e futuros que a tomada de decisão pública poderia acarretar. Nota-se, ainda, um afastamento ou recusa de participações mais formais (como assinar uma petição) e um perfil de participação que privilegia a cobertura noticiosa (Batista & Simões, 2022).

No que diz respeito à segunda pergunta de investigação proposta – sobre a relação entre as competências digitais e a participação política – verifica-se que, na maior parte dos casos, não existe associação entre formas de participação tradicionalmente aferidas (excluindo distin-

ções entre espaços online públicos e privados e participações informais, como os *memes*) e a maioria das dimensões das competências digitais autorreportadas.

Em algumas dimensões, a média de competências (ex, técnicas e operacionais) é maior entre os que não participam. O mesmo se pode dizer relativamente às restantes formas de participação: nem sempre as competências autorreportadas são mais elevadas entre os que declararam ter participado, e importam mais as competências criativas. Para mais, a partilha de conteúdos sociais e políticos surge associada às competências criativas, nomeadamente saber criar a partir de diferentes recursos, embora estas sejam as que registam uma menor média das quatro dimensões entre os inquiridos.

Nas entrevistas em grupo as competências criativas não foram particularmente referidas como importantes. Já as competências de comunicação e interação foram destacadas, em particular na disseminação de conteúdo para se tornar viral e mobilizar diferentes atores para ações comuns.

Estes resultados são um esforço no sentido de aprofundar um conhecimento sobre as formas de participação política online dos jovens universitários e mostram a relevância de combinar diferentes

tipos de informação, bem como de considerar o peso das competências digitais, nos seus diferentes domínios, e a sua promoção no contexto do ensino superior (Barriga, 2023).

Referências Bibliográficas

- Amná, E. & Ekman, J. (2014). Standby citizens: diverse faces of political passivity. *European Political Science Review*, 6(2), 261–281. <https://doi.org/10.1017/S175577391300009X>
- Barriga, A. (2023). Lugares (ausentes) de literacia mediática e digital. *Configurações* (Online), 31. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.17005>
- Batista, S. & Simões, J. A. (2022). Cidadania digital de jovens em três países europeus: Perfis de (não) participação cívica online. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 98, 9-29.
- Bennett, W. L. (2007). Changing citizenship in the digital age. In W. L. Bennett (org.), *Civic Life Online: Learning How Digital Media Can Engage Youth*, 1-24. The MIT Press.
- Campos, R., Pereira, I., & Simões, J. A. (2016). Ativismo digital em Portugal: um estudo exploratório. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 2016(82), 27-47. <https://doi.org/10.7458/spp2016826977>
- Cardoso, G. & Mendonça, S. (2014). *A Internet em Portugal - Sociedade em Rede* 2014. OberCom.
- Choi, M. (2016). A Concept Analysis of Digital Citizenship for Democratic Citizenship Education in the Internet Age. *Theory & Research in Social Education*, 44(4), 565–607. <https://doi.org/10.1080/00933104.2016.1210549>
- de-la-Garza-Montemayor, D. J., Peña-Ramos, J. A. & Recuero-López, F. (2019). Online political participation of young people in Mexico, Spain and Chile. *Comunicar*, 61, 83-92. <https://doi.org/10.3916/c61-2019-07>
- De Marco, S., Robles, J. M. & Antino, M. (2014). Digital skills as a conditioning factor for digital political participation. *Communications*, 39(1), 43-65.
- Gonçalves, L., & Duarte, G. A. (2020). O Homem Social nas Redes Sociais: um estudo de caso sobre a cultura do cancelamento. In 43º *Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Intercom–Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Brasil.
- Haeger, H., Lambert, A. D., Kinzie, J. & Gieser, J. (2012) Using Cognitive Interviews to Improve Survey Instruments. Association for Institutional Research Annual Forum, New Orleans, Louisiana. <https://hdl.handle.net/2022/24334>
- Hargittai, E. (2002). Second-Level Digital Divide: Differences in People's Online Skills. *First Monday*, 7(4). <https://doi.org/10.5210/fm.v7i4.942>
- Helsper, E. J., Scheider, L. S., van Deursen, A. J. A. M., & van Laar, E. (2020). *The youth Digital Skills Indicator: Report on the conceptualisation and development of the ySKILLS digital skills measure*. Katholieke Universiteit Leuven

-
- Helsper, E. & Eynon, R. (2010). Digital natives: where is the evidence? *British Journal of Educational Technology*, 36 (3), 503-520. <https://doi.org/10.1080/01411920902989227>
- ITU (2018). *Measuring the Information Society Report*. Volume 1. Geneva, International Telecommunication Union.
- Jorge, H. M. (2013). *Política e sociedade online: A participação política dos estudantes universitários portugueses* [Dissertação de Mestrado, ISCSP]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/6516>
- Kahne, J. & Bowyer, B. (2019). Can media literacy education increase digital engagement in politics? *Learning, Media and Technology*, 44(2), 211-224. <https://doi.org/10.1080/17439884.2019.1601108>
- Keating, A., & Melis, G. (2017). Social media and youth political engagement: Preaching to the converted or providing a new voice for youth? *The British Journal of Politics and International Relations*, 19(4), 877-894. <https://doi.org/10.1177/1369148117718461>
- Livingstone, S., Mascheroni, G., & Stoilova, M. (2021). The outcomes of gaining digital skills for young people's lives and wellbeing: A systematic evidence review. *New Media & Society*, 1-27. <https://doi.org/10.1177/14614448211043189>
- Livingstone, S., Kardefelt-Winther, D., Kanchev, P., Cabello, P., Claro, M., Burton, P., & Phyfer, J. (2019). Is there a ladder of children's online participation? Findings from three Global Kids Online countries. UNICEF Office of Research. <https://www.unicef-irc.org/publications/1019-ladder-of-childrens-online-participation-findings-from-three-gko-countries.html>
- Loader, B. D. (2007). Introduction: young people in the digital age: disaffected or displaced?. In B. D. Loader (org.), *Young Citizens in the Digital Age. Political Engagement, Young People and New Media*, Routledge, 1-17.
- Lonkila, M., & Jokivuori, P. (2022). Sharing and liking as youth nano-level participation. Finnish students' civic and political engagement in social media. *Journal of Youth Studies*, 26(6), 1–18. <https://doi.org/10.1080/13676261.2022.2049731>
- Lopes, P. C. (2011). Literacia Mediática e Cidadania. Perfis de estudantes universitários da Grande Lisboa: Enquadramento teórico-conceitual, questões metodológicas e operacionais. *Congresso Nacional "Literacia, Media e Cidadania"*, 449-462. Universidade do Minho: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Lopes, P. R. (2013). *Literacia mediática e cidadania: Práticas e competências de adultos em formação na Grande Lisboa* [Tese de Doutoramento – ISCTE-IUL]. Repositório do ISCTE. <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/8666>
- Magalhães, P. (2022). Um retrato comparativo e longitudinal 2002-2019. *Participação Política da Juventude em Portugal*, Gulbenkian Studies#1, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Oliveira, A. (2022). Through the eyes of young people: what is the meaning, value and impact of citizenship and youth participation? *Observatório (OBS*) Journal*, 63-84.
-

- O'Toole, T. (2003). Engaging with Young People's Conceptions of the Political. *Children's Geographies*, 1(1), 71-90. <https://doi.org/10.1080/14733280302179>
- Pangrazio, L. & Sefton-Green, J. (2021). Digital Rights, Digital Citizenship and Digital Literacy: What's the Difference?. *Journal of New Approaches in Educational Research*, 10(1), 15-27. <http://doi.org/10.7821/naer.2021.1.616w>
- Pereira, I. (2022). Criatividade, humor e política nos memes de esquerda portuguesa. In Sarrouy, A.D.; Simões, J.A.; Campos, R. *A arte de construir cidadania: juventudes, práticas criativas e ativismo*. 323-344. Tinta da China.
- Pereira, S. & Moura, P. (2019). Assessing media literacy competences: a study with Portuguese young people. *European Journal of Communication*, 34(1), 20-37. <https://doi.org/10.1177/0267323118784821>
- Piantavinha, L. (2022). A importância das Redes Digitais no engajamento político dos jovens da Universidade do Porto: Reflexão sobre a atividade e presença da política em Portugal. *Cadernos do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto*, 1, 34-41. <https://doi.org/10.21747/2975-8033/cad1a4>
- Ponte, C., Batista, S. & Baptista R. (2022). *Resultados da 1ª série do questionário ySKILLS (2021)–Portugal*. KU Leuven, ySKILLS.
- Prenski, M. (2001). Digital Natives, Digital Immigrants Part 1, *On the Horizon*, 9(5), 1-6. <https://doi.org/10.1108/10748120110424816>
- Sagnier, L. & Morell, A. (2021). Os jovens em Portugal hoje: Quem são, que hábitos têm, o que pensam e o que sentem. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Simões, J. A., & Campos, R. (2016). Juventude, movimentos sociais e redes digitais de protesto em época de crise. *Comunicação Mídia e Consumo*, 13(38), 130–150. <https://doi.org/10.18568/cmc.v13i38.1159>
- Sloam, J. (2016). Diversity and voice: the political participation of young people in the European Union. *The British Journal of Politics and International Relations*, 18 (3), 521-537. <https://doi.org/10.1177/1369148116647176>
- Soares, R., Malafaia, C., Ribeiro, N., Menezes, P., & Ferreira, P. (2022). Formas emergentes de participação: Etnografia online com coletivos ativistas. *A Participação Política da Juventude em Portugal*, Gulbenkian Studies#1, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Theocharis, Y., & Van Deth, J. (2018). The continuous expansion of citizen participation: A new taxonomy. *European Political Science Review*, 10(1), 139-163. <https://doi.org/10.1017/S1755773916000230>
- Waeterloss, C., Walrave, M. & Ponnet, K. (2021). Designing and validating the Social Media Political Participation Scale: An instrument to measure political participation on social media. *Technology in Society*, 64, 1-9. <https://doi.org/10.1016/j.techsoc.2020.101493>
- Zlámál, R., Machackova, H., Shamel, D., Abramczuk, K., Ólafsson, K., & Staksrud, E. (2020). *EU Kids Online 2020: Technical report*. <https://doi.org/10.21953/lse.04dr94matpy7>

Notas biográficas

Tatiana Matos é Mestranda em Estudos de Educação pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e tem vindo a trabalhar sobre jovens e participação política online. Atualmente é bolsreira de investigação no CIES-IUL no âmbito do projeto financiado pela FCT, 'ABRIL MATER'. Participou também como colaboradora em projetos europeus como o [ySKILLS](#). Mais informações em [Ciência Vitae](#).

Ana Kubrusly é doutoranda em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa e atua como bolsreira de investigação no projeto 'On&Off: Atmosferas de Des/Conexão' financiado pela FCT, na Universidade Lusófona. A sua investigação centra-se na relação das crianças e adolescentes com ambientes digitais, nomeadamente a nível da sua literacia e bem-estar.

Susana Batista é Professora Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa e investigadora integrada no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA). É doutorada em Sociologia e coordena atualmente o mestrado em Estudos de Educação. É membro da equipa portuguesa [EU Kids Online](#) e investigadora no projeto europeu [ySKILLS](#) (youth Skills), onde tem vindo a trabalhar sobre jovens e media. Mais informações em [Ciência Vitae](#).